



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 2286/2019

**FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO,
DO CONTROLADOR GERAL INTERNO E DOS
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PARA OS EXERCÍCIOS
DE 2021 A 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, são fixados nos seguintes valores:

I – Prefeito Municipal	R\$ 20.007,24
II – Vice-Prefeito	R\$ 10.003,62
III – Controlador Geral Interno	R\$ 9.303,36
IV – Secretários	R\$ 6.719,10

Art. 2º. Aos agentes políticos relacionados nos Incisos I, II, III e IV, serão devidos um décimo terceiro subsídio, a ser pago no mês do aniversário do agente político, correspondendo ao valor integral do subsídio, vigente no mês do pagamento.

§1º. As férias anuais dos agentes políticos, serão gozadas de acordo com escala estabelecida pela administração do Poder Executivo e os respectivos subsídios serão acrescidos de um terço constitucional.

§2º. No último ano do mandato as férias não gozadas serão indenizadas.

Art. 3º. Os subsídios dos agentes políticos de que tratam esta Lei, estão atualizados monetariamente, pelos índices inflacionários incorridos até o mês de abril/2019, nos termos da Lei Municipal nº 2196/2019.

Parágrafo Único. Os subsídios serão reajustados pelos mesmos percentuais aplicados para a atualização dos salários, vencimentos, proventos dos servidores ativos e inativos do município, com reposições inflacionárias a partir do mês de maio/2019, exceto eventuais aumentos reais, acima dos índices inflacionários.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias a serem obrigatoriamente incluídas nas Leis Orçamentárias dos exercícios fiscais de 2021 a 2024.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e os seus efeitos à partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 04 de Dezembro de 2019.


HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

CÓPIA



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/04/2026 09:25:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IVANIA MARQUARDT CAMPOS (GERENTE - GRH - SECADM - PMSMJ)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-CV60J0>

LEI Nº 2.875, DE 20 DE JANEIRO DE 2025**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#) e [Lei Municipal nº 2.724, de 10 de agosto de 2023](#), no percentual de 5,00% (cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025.

§ 1º O percentual descrito no *caput* repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2023 a abril/2024 e parcialmente no período de maio/2024 a setembro/2024.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 20 de janeiro de 2025.

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/04/2026 09:22:54 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IVANIA MARQUARDT CAMPOS (GERENTE - GRH - SECADM - PMSMJ)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-MGHNM9>

LEI Nº 2.897, DE 16 DE ABRIL DE 2025**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO . Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#) e [2724/2023](#), no percentual de 2% (dois por cento), a partir de 1º de abril de 2025.

Parágrafo único. O percentual descrito no caput repõe parcialmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2024 a fevereiro/2025.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de abril de 2025.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 16 de abril de 2025.

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/04/2026 09:23:08 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IVANIA MARQUARDT CAMPOS (GERENTE - GRH - SECADM - PMSMJ)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-B378B5>

LEI Nº 2.905, DE 20 DE MAIO DE 2025**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [lei Municipal 2.286/2019](#) e [2.724/2023](#), no percentual de 2,22% (dois virgula vinte e dois por cento), a partir de 1º de maio de 2025.

Parágrafo único. O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2024 a abril/2025.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 20 de maio de 2025.

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/04/2026 09:23:23 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IVANIA MARQUARDT CAMPOS (GERENTE - GRH - SECADM - PMSMJ)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-HJ37BW>

LEI Nº 2.967, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025***CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios previstos na [Lei Municipal nº 2.286/2019](#), no percentual de 3% (três por cento), a partir de 1º de dezembro de 2025.

Parágrafo único. O percentual descrito no caput repõe parcialmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2021 a abril/2022.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados assim como os subsídios previstos na [Lei Municipal nº 2.286/2019](#), em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria Anual em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de novembro de 2025.

RONAN ZOCOLATO SOUZA DUTRA
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/04/2026 09:23:37 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IVANIA MARQUARDT CAMPOS (GERENTE - GRH - SECADM - PMSMJ)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-0BZNG1>